

Acordo para preservar as águas na grande BH



SEGURANÇA HÍDRICA

R\$ 45 MI PARA DEFENDER A ÁGUA NA GRANDE BH

Termo a ser assinado hoje entre a Vale, MP e outros órgãos prevê ações de proteção para nascentes e mananciais a montante de barragens

MATEUS PARREIRAS

Defesa das áreas de recargas sensíveis, em terrenos que permitem que as chuvas abasteçam lençóis subterrâneos de nascentes mais límpidas, de águas enquadradas como de classe especial e classe 1. Mais segurança aos mananciais prioritários responsáveis por revigorar a vazão e que de tão puros diluem a poluição das bacias dos rios das Velhas e Paraopeba. Devastados por desmatamentos, incêndios florestais, mineração e especulação imobiliária, como denunciado pela série de reportagens do Estado de Minas "Ameaças às Águas de Minas", esses pontos de reposição das fontes estão prestes a receber uma importante proteção. O plano de segurança hídrica da Grande BH, firmado pela mineradora Vale e o Ministério Público (MP) de Minas Gerais, com participação de vários órgãos e que vem sendo modelado desde o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (2019), chega a envolver cerca de R\$ 4 bilhões e vai prever, a partir de assinatura entre as partes, hoje, em Belo Horizonte, a proteção a essas áreas com recursos da ordem de R\$ 45 milhões, passíveis de incremento.

A iniciativa é parte das novas garantias aos planos de abastecimento de emergência e de expansão do sistema de distribuição de água, para evitar que, em caso de um eventual rompimento de barragem, o recurso deixe de ser entregue à metade dos 5 milhões de habitantes da Grande BH. Isso poderia ocorrer com o rompimento de uma das 67 barragens de mineração identificadas pe-



GLADYSTON RODRIGUES/EM/DA PRESS

OS PROMOTORES FERREIRA PINTO E LUCAS TRINDADE ESPERAM EVITAR QUE METADE DA GRANDE BH FIQUE SEM ÁGUA EM CASO DE ROMPIMENTO DE UMA DAS 67 BARRAGENS EM ÁREA DE CAPTAÇÃO

la Agência Nacional de Mineração (ANM) acima do trecho do Rio das Velhas na altura da Estação de Tratamento de Água (ETA) de Bela Fama, em Nova Lima, onde é feita a captação de metade dos 15 mil litros por segundo de água distribuídos na Grande BH. A assinatura será no MP, envolvendo a Vale, a Copasa, representantes das bacias hidrográficas e governos estadual e federal. Um arranjo necessário depois de 2019, quando a barragem operada pela Vale em Brumadinho se rompeu, inviabilizando o abastecimento pelo Rio Paraopeba.

O plano foi moldado inicialmente em dois eixos previstos em termos de ajustamento de conduta (TACs) junto ao MP. O primeiro deles, o TAC Águas, acorda medidas emergenciais de

abastecimento, como utilização de poços, caminhões-pipa, barragens de água e proteção dos sistemas produtores. O segundo, o TAC Segurança Hídrica, assegura ações para ampliar o poder de captação com novas fontes, ampliar a capacidade de tratamento e transportar a água dos sistemas independentes de abastecimento Paraopeba e Velhas para que se auxiliem em caso de problemas.

AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Tudo agora fará parte de um só programa, o Projeto Água e Sustentabilidade. O documento a ser assinado hoje entre o MP, a Vale, a Defensoria Pública de Minas, o Minis-

tério Público Federal, o governo mineiro, suas secretarias e representantes de bacias é o sexto termo aditivo aos TACs e terá o valor total de R\$ 60 milhões, considerando que, além dos R\$ 45 milhões para preservação nos altos dos rios das Velhas e Paraopeba, outros R\$ 15 milhões servirão para compensações sociais de comunidades atingidas pelo rompimento de Brumadinho.

"Após o rompimento de Brumadinho sobre o Rio Paraopeba e a Lei Mar de Lama Nunca Mais (que endureceu exigências de segurança na mineração), as barragens a montante (acima) da captação do Rio das Velhas entraram em nível de emergência. Os TACs foram necessários para garantir uma saída, enquanto as barragens são descaracterizadas (desmontadas). Se ocorrer rompimento, metade da Grande BH não vai ficar sem água", afirma um dos responsáveis pelo programa, o coordenador estadual de Meio Ambiente e Mineração do Ministério Público, promotor Lucas Trindade, referindo-se à população que depende da captação nesses rios.

"A preocupação foi geral, as prefeituras ficaram preocupadas com a possibilidade de terem seus sistemas de abastecimento comprometidos e uma grande crise. Por isso, os projetos trabalham um modelo de probabilidade real. Esse cenário em Belo Horizonte seria um caos. Inimaginável metade da Grande BH sem água, como ocorreu com o rompimento de Mariana em Governador Valadares. As pessoas estão brigando por água emergencial, roubando ou vendendo", disse o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Meio Ambiente (Caoma), Carlo Eduardo Ferreira Pinto. >>>

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Gerais Pagina: 38